

CONCEPÇÕES ACERCA DA HOMOSSEXUALIDADE: Representações de professores da educação profissional

Elvio Carlos da Costa

Doutorando em Educação pela Unesp – Campus de Rio Claro – SP; Mestre em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara; Professor de Ensino Médio e Técnico da Etec Professora Anna de Oliveira Ferraz – Araraquara – SP; Professor de Ensino Superior nas Fatecs de Araraquara, Matão e Taquaritinga - SP– Centro Paula Souza. elviocosta@yahoo.com.br

Andréia Osti

Professora do Departamento de Educação da UNESP - Universidade Estadual Paulista e credenciada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. Membro do Grupo de Investigação sobre Cognição, Aprendizagem e Desempenho" (GICAD) vinculado a Universidade do Minho (Braga, Portugal) e da Associação para o Desenvolvimento da Investigação em Psicologia da Educação (ADIPSIEDUC - Portugal). É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Representações, Aprendizagem, Leitura e Escrita - GEPRALE (UNESP). andreia.osti@unesp.br

RESUMO

O objetivo deste estudo foi o de identificar as representações de professores (as) sobre o fenômeno homossexualidade no contexto da educação profissional. Para o entendimento de questões relacionadas a Teoria das Representações Sociais, buscou-se aporte teórico em Moscovici. O método utilizado consistiu na realização de um questionário online aplicado a 80 professores de uma Instituição de Ensino Profissional do Estado de São Paulo. Os resultados indicam que acerca da concepção do termo homossexualidade para os participantes, 45 (49,45%) apresentam uma representação considerada positiva, 17 (18,68%) são concepções negativas e 29 (31,87) concepções neutras. Ainda, 59% dos participantes definem que a homossexualidade é “Orientação Sexual”, 24% consideram ser “Opção Sexual”, 9% declaram ser um fator “Genético”, e apenas 1% delibera que a homossexualidade é uma “Doença”. E no que tange às razões da homossexualidade, 41% dos participantes afirmam que os homossexuais nascem assim, 13% acreditam que eles se tornam homossexuais no decorrer de sua trajetória de vida, 35% dizem que ambas as alternativas são possíveis (nascem e tornam-se homossexuais), enquanto 11% declaram que nenhuma das alternativas correspondem às razões da homossexualidade. E, sobretudo pode-se concluir que a homossexualidade precisa ser entendida em sua complexidade, exigindo ser avaliada na sua tendência, na sua configuração e nos seus atos, e isso implica que a homossexualidade esteja presente nas dimensões biológicas, psicológicas, ambientais e sociais. Enfim, uma pessoa homossexual é sobretudo um ser humano exatamente como uma pessoa heterossexual.

Palavras-chave: Educação profissional. Representação social. Homossexualidade.

CONCEPTIONS ABOUT HOMOSEXUALITY: Representations of professional education teachers

ABSTRACT

This paper aims to identify the representations of teachers about homosexuality in the context of professional education. In order to understand questions related to the Theory of Social Representation, the research was theoretically based on Moscovici. The method consisted of an online questionnaire taken by 80 teachers from a Professional Education Institution in the state of São Paulo. The results have indicated that, in what concerns the participants' conception of the word "homosexuality", 45 (49,45%) have presented a positive representation, 17 (18,68%) had negative conceptions and 29 (31,87%) had neutral conceptions. Furthermore, 59% of the participants define homosexuality as "Sexual Orientation", 24% consider "Sexual Option" and 9% consider it a "Genetic" factor; only 1% affirms that homosexuality is a "Disease". In what concerns the reasons for homosexuality, 41% of the participants believe homosexuals are born this way; 13% believe they become homosexuals throughout their lives; 35% say both alternatives are possible (they are born and become homosexuals); and for 11%, none of the alternatives correspond to the reasons for homosexuality. Above all, this study concludes that homosexuality needs to be understood in its complexity, which requires the analysis of its tendency, its configurations and its acts, implying on its presence in biological, psychological, environmental and social dimensions. Finally, a homosexual person is a human being, exactly as a heterosexual one.

Keywords: Professional Education; Social Representation; Homosexuality.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que a escola é um lugar de possibilidades, oportunidades e interações, a problemática norteadora do presente estudo consiste em conhecer as representações de professores (as), de uma Instituição de Ensino Profissional do Estado de São Paulo acerca da homossexualidade. Nesse contexto, emergiu o seguinte questionamento: Quais as concepções e entendimentos desses professores (as) sobre a homossexualidade?. Assim, objetiva-se identificar as representações de professores (as) sobre o fenômeno homossexualidade no contexto da educação profissional.

2 PERSPECTIVA TEÓRICA ACERCA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO ESCOLAR

Pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escolas, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

peças analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhe fornecem o “alimento para o pensamento” (MOSCOVICI, 2013, p. 45).

As representações são pensadas e partilhadas pelos indivíduos em seu meio, podendo penetrar e influenciar a mente de cada um, e neste movimento de trocas entre os indivíduos elas são reformuladas, reorganizadas e repensadas. Como destaca Moscovici (2013, p. 40-41) “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações (...) pessoas e grupos as criam no decurso da comunicação e da cooperação”. Assim, analisar as representações acerca da homossexualidade é um enorme desafio, levando-se em consideração a amplitude de questões polêmicas que o tema engloba, e também por ser um assunto tão velado na escola (e na sociedade de um modo geral), mas, que ao mesmo tempo apresenta uma diversidade de opiniões, crenças e conceitos (KOEHLER, 2009).

Dessa forma, enfatiza-se a necessidade de intervenções para que ocorram mudanças nas normas socioculturais e em representações que reforçam as violências contra LGBT e estimulam sentimentos e práticas homofóbicas. É necessário questionar e problematizar que historicamente a heterossexualidade é tida como a norma ou padrão, bem como reconhecer a existência e a manutenção da homofobia e compreender a existência de distintas relações sociais que são construídas na própria escola, apontando a importância de (re) conhecer as múltiplas identidades sexuais e de gênero como parte das profundas mudanças na sociedade.

A relevância do estudo das representações sociais no ambiente escolar de acordo com Osti (2010), se justifica pelo fato de a representação se formar na prática social, refletindo os pensamentos e sentimentos despertados, formados e consolidados na experiência diária daqueles que trabalham e são servidos pela escola. Nessa direção, Gilly (2001) salienta que as situações de julgamento sobre o outro são interessantes por serem particularmente reveladores dos aspectos mais funcionais da representação.

Ressalta-se que a utilização da Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici como referencial teórico nas pesquisas em educação implica assumir que as representações sociais têm um papel fundamental na dinâmica das relações sociais e nas práticas e, sobretudo que o

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

conhecimento do senso comum é um conhecimento legítimo condutor de transformações sociais e que, de certa forma, norteia a produção do conhecimento científico. Sendo assim, o referencial teórico das representações sociais, ao atuar na dinâmica entre o conhecimento de senso comum e científico, oferece amplas possibilidades de investigação sobre a realidade educacional, numa perspectiva que contempla a compreensão no âmbito individual e social, enquanto elementos que só podem existir em sua inter-relação.

Nessa direção, Gilly (2001) revela que as representações sociais se tornaram um instrumento crucial de utilização em pesquisas no âmbito educacional, pois de modo geral amplia a compreensão do que ocorre nas escolas, permitindo investigar a interação educativa e os mecanismos de ensino e aprendizagem. Dessa forma, conforme Osti (2010) a escola extrapola sua finalidade basilar, que é difundir o conhecimento, pois proporciona um ambiente dinâmico, interativo e diversificado, constituindo-se um local de plena socialização entre os indivíduos. Portanto, é extremamente importante realizar estudos e análises sobre as representações construídas e transformadas neste ambiente plural.

Um aspecto que requer reflexão, na dimensão da homossexualidade, é a notória fragilidade em se adotar uma nomenclatura fixa, para fins de se criar uma identidade estável e, portanto, respeitável. Assim, novas nomenclaturas surgem no universo homossexual, problematizando e pluralizando os discursos de identidade, criando denominações específicas para gays, lésbicas, bissexuais travestis e transgêneros. Neste sentido, essas variações de denominações para os homossexuais ocorrem conforme a militância política de determinado período histórico, formando-se assim mutáveis categorias, sobretudo na contemporaneidade. Silva (2009) retrata que, na década de 1970, por exemplo, os homossexuais se identificavam como ‘bicha’, com a finalidade de distinguir a figura do homossexual do padrão machão, tão valorizado nesta década. Já, na década de 1980, a denominação utilizada era ‘entendido (a)’, com a intenção de transmitir a que a população homossexual se reconheciam mutuamente.

Em meados dos anos de 1990, surge a sigla Gay, Lésbicas e Simpatizantes (GLS) que traduzia um discurso de convívio harmonioso e pluralista de diversas formas de identidade em um mesmo espaço físico ou ideológico (FRANCO, 2009). De acordo com Facchini (2005) no ano de 1998, adotou-se a sigla Gay, Lésbica, Bissexual e Transgêneros (GLBT), sendo que o Transgêneros se refere a duas categorias (travestis e transexuais). Em junho de 2008, durante a

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

I Conferência Nacional de Políticas Públicas, segundo Franco (2009) ocorreu a mudança de GLBT para Lésbicas, Gay, Bissexual e Transgêneros (LGBT), com a intenção de reconhecer a atuação e privilegiar as identidades lésbicas como uma forma de reparação ou de reconhecimento do processo histórico de invisibilidade pelo qual foram submetidas. Embora, atualmente, existam diversas siglas para se referir a comunidade homossexual, é importante esclarecer que no presente estudo, adotou-se o termo LGBT.

É notório que a escola constitui um dos principais espaços de formação para a cidadania e de socialização de crianças, jovens e adolescentes. Porém, no que tange à sexualidade e à orientação sexual, a mesma, exerce um forte silenciamento acerca dessas temáticas, demonstrando visivelmente a dificuldade de lidar com as diferenças. Tal fragilidade impede que a escola contribua com o fortalecimento de uma sociedade que valoriza e respeita a diversidade. Para Foucault (2007) a escola é estruturada em saberes hegemônicos e exerce o papel de reprodutora da normatização, pois é nesta instituição que o sujeito passará a maior parte de sua formação para a vida adulta (CÉSAR, 2009).

No que concerne a orientação sexual, de acordo com Brasil (2010) entende-se como o desejo erótico de uma determinada pessoa. Desta maneira, entende-se que orientação sexual refere-se ao sexo das pessoas que elegemos como objetos de desejo e afeto. São reconhecidos três tipos de orientação sexual: a heterossexualidade (atração afetiva, sexual e erótica por pessoas de outro gênero); a homossexualidade (afetiva, sexual e erótica por pessoas do mesmo gênero); e a bissexualidade (atração afetiva, sexual e erótica tanto por pessoas do mesmo gênero quanto pelo gênero oposto). Destaca-se que orientação sexual é completamente diferente de identidade de gênero, pois este último, conforme Brasil (2010) consiste em uma pessoa que pode se sentir feminina e desejar outra mulher, bem como alguém pode comportar-se de maneira masculina e ter atração por outros homens. Enfim, a orientação sexual se manifesta pelo desejo sexual de um indivíduo por outro indivíduo, enquanto a identidade de gênero é como a pessoa se enxerga, baseado em seu sentimento de pertencimento de gênero.

O termo diversidade sexual, na perspectiva de Carvalho et al. (2017) é usado para designar as várias formas de expressão da sexualidade humana, ou seja, sabe-se que cada ser humano é único, deve-se reconhecer que cada um tem suas necessidades e desejos diferentes, isso se aplica também às sexualidades. Ainda, nessa direção, as autoras ressaltam outro ponto

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

importante quanto à terminologia orientação sexual e opção sexual. Atualmente muitos estudiosos dessa área valem-se da terminologia orientação sexual por acreditarem que a homossexualidade não seria uma opção, mas sim orientação sexual, pois envolve sentimentos, desejos e amor. De acordo, com Coitinho Filho (2017) e Louro (2013) discutir sobre a diversidade sexual é falar da própria evolução da humanidade. A diversidade sexual não está somente voltada para o gênero masculino ou feminino, mas também é expressada pelas diversas manifestações das orientações afetivas sexuais, da identidade de gênero e do sexo (BUTLER, 2008).

Ainda, no que tange à homossexualidade no ambiente escolar, sabe-se que há uma certa resistência da própria comunidade escolar em discutir acerca dessa temática de forma aberta e atualizada. De acordo com Junqueira (2009) e Britzman (1996) a escola exerce um papel fundamental nesse contexto, pois “fabrica sujeitos”. Tal “fabricação de sujeitos” são realizados por meio de estímulos e interdições, utilizando-se de atos discursivos para legitimar, reiterar e disseminar as identidades de grupos heterossexuais em detrimento do silenciamento de outras formas de ser, por exemplo, a homossexualidade. Essa reprodução ou ideologização é feita pela escola por meio de diversos meios, baseado na heteronormatividade, na maioria das vezes de forma velada. Nesse sentido, conforme Louro (2019) já que a homossexualidade vai contra os ideais heteronormativos impostos pela sociedade, se forma, se legitima e se cristaliza a homofobia.

Portanto, verifica-se que estas questões relacionadas a gênero e sexualidade e, especificamente a homossexualidade podem ser manifestadas em diversos espaços públicos ou privados, inclusive na escola. Assim, discussões sobre essas diferentes terminologias conceituais não servem somente para identificar as características da comunidade LGBT, mas também para ampliar o entendimento sobre o universo homossexual, além de responder de maneira adequada às dúvidas e questionamentos dos alunos, pais, funcionários de escola e professores. Tais fatores, segundo Cepac (2012) podem minimizar o preconceito contra os homossexuais, porém sabe-se que a escola por si só não é capaz de erradicar as discriminações sofridas e enfrentadas diariamente por essa população.

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Participaram desta pesquisa 80 professores (as) atuantes na educação profissional, em variadas posições hierárquicas de uma Instituição de Ensino Profissional do Estado de São Paulo, conhecendo seus olhares e realidades distintas, focando nas representações sobre a homossexualidade no ambiente escolar.

3.1 Instrumentos

Para a coleta de dados optou-se pelo uso do questionário que, segundo Gil (2008), é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado. Dada a opção teórica aqui estabelecida, o instrumento também possibilita o entendimento de representações.

O questionário foi enviado individualmente para assegurar o anonimato de cada um dos participantes e como forma de deixá-los com maior liberdade para expressar suas opiniões. A aplicação desse instrumento foi feita via internet por meio do formulário Microsoft Forms. Ressalta-se que a estrutura deste questionário, composto por 03 questões, contou com uma questão fechada de escolha múltipla, uma questão fechada de múltipla escolha com justificativas e uma questão aberta com resposta curta. Foi possível visualizar e responder o questionário a partir de qualquer computador com acesso à internet e inclusive de telefones celulares, por meio do link encaminhado pelo pesquisador.

Nessa direção, segundo Neto (2004), as principais vantagens do uso da internet na aplicação de questionários, são: (1) a conveniência: o respondente pode acessar o questionário de qualquer lugar, desde que tenha um microcomputador conectado à internet; (2) o custo: o acesso virtual torna-se mais barato; (3) a escala: é possível de trabalhar com grandes amostras; (4) a velocidade: é possível obter as respostas mais rapidamente; e (5) a estética e a atratividade: é possível utilizar imagens, sons e hipertexto na construção dos questionários. Além disso, Scornavacca Jr., Becker e Andraschko (2001) chamam a atenção para o fato da possibilidade do controle de entrega das respostas e da redução de consumo de papel. Após a aplicação do

questionário, as respostas foram organizadas em uma categoria de análise, a saber: Concepções e entendimentos sobre homossexualidade.

3.2 Procedimentos de coleta de dados

No que se refere às questões éticas, o trabalho foi submetido à Plataforma Brasil, de acordo com a Resolução 510/16, direcionado ao Comitê de Ética em Pesquisas em Seres Humanos (CEP) do Instituto de Biociências - Unesp/Campus de Rio Claro e, foi aprovado em 10 de abril de 2019, sob o número do parecer 3.255.918. Diante disso, salienta-se que o recrutamento dos participantes da pesquisa, especificamente para responder o questionário online, foi realizado pelos (as) diretores (as) das escolas da Instituição de Ensino Profissional, sendo cinco participantes de cada escola. Ressalta-se que os participantes que expressaram concordância de espontânea vontade em participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tal como previsto na Resolução 510/16.

Os dados foram coletados no segundo semestre de 2019, mais precisamente nos meses de outubro e novembro. Destaca-se que o link do questionário online foi encaminhado aos e-mails dos (as) participantes, após o pesquisador ter recebido os TCLEs assinados e digitalizados. Assim, ao clicarem no link, os participantes, anonimamente, tiveram acesso ao questionário, dessa forma, minimizando possíveis constrangimentos, desconfortos e/ou medo de exposição ao responder o questionário, bem como não prejudicando o calendário letivo e as atividades escolares dos professores, pois cada participante respondeu de acordo com sua disponibilidade de horário. A participação de todos foi voluntária, os 80 participantes não foram identificados nominalmente em nenhum momento da pesquisa. Portanto, adotamos nesta pesquisa, os termos P1, P2, P3 ... P80.

3.3 Procedimento de Análise de Dados

Para o tratamento e análise dos dados recolhidos por meio do questionário, utilizou-se a técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016). Para a autora, a Análise de Conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2016, p. 42).

Tal referencial metodológico auxilia no estudo das representações sociais por permitir ser aplicado à discursos diversos e a variadas formas de comunicação, possibilitando compreender características, estruturas e modelos verificados indiretamente nos fragmentos da mensagem, permitindo o levantamento de dados implícitos. Ademais, essa técnica permite explorar as avaliações, opiniões, julgamentos e as representações dos participantes a partir de suas percepções. Conforme Bardin (2016) a análise de conteúdo está organizada em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Aqui são apresentadas as concepções e entendimentos dos 80 participantes quanto ao fenômeno homossexualidade. Quando foram questionados a citar três adjetivos ou substantivos a fim de conceituar o termo “homossexualidade”, percebemos uma variedade de palavras (91) que descrevem a homossexualidade. As palavras que mais se destacaram foram “Liberdade” (18), “Respeito” (17), “Orientação” (15), “Coragem” (13), “Amor”, “Preconceito” e “Sexualidade” foram mencionadas 8 vezes cada.

Baseado nas duas palavras mais citadas (liberdade e respeito), o Estado Democrático de Direito tem por pressuposto o respeito à dignidade da pessoa humana, conforme o art. 1º inc. III da Constituição Federal Brasileira (CFB). Tal compromisso do Estado se assenta nos princípios da igualdade e da liberdade, já consagrados no preâmbulo da norma maior do ordenamento jurídico, ao conceder proteção a todos, vedar discriminação e preconceitos por razões de origem, raça, sexo ou idade, assegurando o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos. Nessa direção, o artigo 5º da CFB ao elencar os direitos e garantias fundamentais proclama: todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.

Apesar de tal artigo, proibir qualquer tipo de discriminação, não é explícito quanto à orientação sexual. Sendo assim, não se justifica qualquer tratamento de forma diferenciada em reação da adoção de credo, orientação sexual, opção política ou classe social. Paralelamente à CFB, as pessoas de uma orientação sexual diferente daquela estabelecida pela sociedade heteronormativa, a comunidade LGBT, não são vítimas só de discriminação na escola ou no

trabalho, mas são também perseguidas e muitas vezes sofrem agressões físicas, apenas por sua orientação sexual ser diferente do agressor, ou por ser repudiada por ele.

Compartilhando com esses sentimentos de “Liberdade” e “Respeito”, Mattos (2017) assegura que a CFB de 1988 representou um grande avanço na consolidação de direitos fundamentais de toda a sociedade. Nesse cenário, o autor analisou se tais promessas de cidadania e dignidade se consubstanciam em mera exaltação retórica ou, em verdade, se é colocado em prática, sobretudo quando as pessoas se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, que se enquadram as pessoas homossexuais.

Assim, praticar a dignidade pressupõe agir de forma respeitosa ao direito do outro de se autodeterminar, de gerir sua vida da forma que melhor lhe aprouver. Além do mais, a sexualidade humana deve ser concebida como direito que decorre da própria condição humana, que tem como supedâneo a liberdade do indivíduo de se expressar e se relacionar sexualmente da maneira que quiser, sem ingerência por parte do Estado ou de qualquer pessoa (MATTOS, 2017).

Falar de sexualidade na história da humanidade sempre foi complexo, especialmente no que se refere à sexualidade da mulher e do homossexual. Pois, tais sexualidades sempre foram reprimidas por leis, costumes e regras regidas por homens que estavam no poder. Inclusive, desde o nascimento existem papéis designados para homem e mulher sem opção de livre escolha. Isso é notório quando nos aprofundamos na história da humanidade perpassando pela construção da sexualidade entre os gêneros, inclusive da homossexualidade. Assim, percebe-se que a homossexualidade foi influenciada por diversas crenças, dogmas e preceitos de diversos aspectos, devido a isso acreditamos na incidência desta variedade de concepções dos participantes acerca da homossexualidade.

Em relação as concepções positivas, negativas e neutras relacionadas a palavra “homossexualidade”, nossos resultados evidenciam que das 91 palavras mencionadas pelos participantes acerca da concepção do termo homossexualidade, 45 (49,45%) foram consideradas positivas, 17 (18,68%) apresentam conotação negativa e 29 (31,87%) são caracterizadas pela neutralidade. As palavras positivas apresentam representações fundamentadas predominantemente em bases psicossociais, enfatizando-se nos discursos

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

voltados a tolerância (aceitação, respeito), a celebração da diversidade humana (liberdade, justiça, igualdade, orgulho), as características que demonstram afeto (carinho, amor, amizade) e as palavras que caracterizam positividade (alegria, atitude, determinação, educação, fé, família, inclusão, otimismo, resiliência, empatia etc).

Tal visão democrática, sugere que os participantes que mencionaram essas palavras com viés positivo, possam ser mais favoráveis à diversidade, além de se preocuparem com uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, trazem à tona valores e sentimentos universais que se sobrepõem a aspectos sexuais, como aceitação, respeito, liberdade, amizade, carinho, amor, entre outros. Por isto, a representação de cada pessoa ou grupo social demonstra as faces de sua realidade, permitindo compreender a identidade, a personalidade, a concepção dos indivíduos (MOSCOVICI, 2010).

Por outro lado, nas palavras que apresentam conotação negativa, destacam-se representações da homossexualidade relacionadas as escolhas incertas (condição, decisão, indecisão, opção, dificuldade, conflito), sentidos pejorativos e de deboche (baitola, biba, bicha), sentimentos de frustrações (desrespeito, discriminação, preconceito, incompreensões, sofrimento, injustiça, temor), a desvio de comportamento (desordem sexual) e ao descrédito a espiritualidade (falta de Deus). Tais representações ancoram-se em estereótipos negativos, guiados pelo discurso homofóbico e preconceituoso que ainda é notoriamente presente na sociedade. O hábito de rotular, classificar, diz respeito ao processo, designado por Moscovici (2005), de ancoragem, e isso implica em estabelecer uma relação positiva ou negativa de acordo com a categoria estabelecida, nesse caso, o preconceito contra o indivíduo homossexual.

E por fim, as palavras caracterizadas pela neutralidade carregam concepções conceituais que identificam características humanas, independente da orientação sexual (autoconhecimento, comportamento, consciência, detalhista), definições de orientação e identidade de gênero (gay, lésbica, transgênero, travesti, identidade, gênero) e termos plurais (diversidade, pluralidade, diferente) dentre outros. Embora estas palavras, estejam alicerçadas na sua maioria no constructo social, a representação da homossexualidade por meio dos discursos se apresentam camufladas de preconceitos de naturezas ideológicas e religiosas, além de preceitos heteronormativos.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

Quanto a definição da homossexualidade 59% dos participantes enfatizam que se trata de “Orientação Sexual”, 24% consideram ser “Opção Sexual”, 9% declaram ser um fator “Genético”, e apenas 1% delibera que a homossexualidade é uma “Doença”. É importante mencionar que 7% dos participantes respondem que a homossexualidade se enquadra em outras opções, tais como: “pessoas com direitos e deveres”, “condição em que uma pessoa se encontra em um determinado período de tempo”, “pessoas com características orgânicas”, “pessoas sujas” e uma pessoa declarou “não ter conhecimento para realizar tal conceito”. Enfatizamos, que nenhum participante classificou a homossexualidade como pecado e desvio de conduta.

Mediante aos dados apresentados, 41% dos participantes afirmam que os homossexuais nascem assim, 13% acreditam que eles se tornam homossexuais no decorrer de sua trajetória de vida, 35% dizem que ambas as alternativas são possíveis (nascem e tornam-se homossexuais), enquanto 11% declaram que nenhuma das alternativas correspondem com as razões da homossexualidade.

Diante desse contexto, aponta-se que a sexualidade e as diferentes maneiras de vivenciar as relações afetivas fazem parte da existência humana, por isso despertam a curiosidade e causam polêmicas no convívio de grupos sociais. Para tanto, sabemos que o fenômeno homossexualidade é explicado em diferentes dimensões como: religioso, ético-moral, biológico, médico-psicológico, psicossociais e no senso comum. No que se refere às diversas formas de conhecimento (científico, religioso, filosófico e empírico) Santos (2010) salienta que uma das possibilidades para a emergência do novo paradigma característico da ciência pós-moderna é chamada de ‘todo conhecimento científico visa a constituir-se em novo senso comum’.

Assim, o autor propõe que a ciência deve ‘sensocomunizar-se’, ou seja, o conhecimento científico deve se aproximar dos valores da vida cotidiana. Dessa forma, a Teoria das Representações Sociais como aporte teórico possibilita uma leitura referenciada ao contexto das relações, em especial do senso comum, assumindo um papel relevante no âmbito escolar, pelo fato de as representações se formarem e replicarem na prática social e na interação dos sujeitos escolares. Além do mais, para que um fenômeno se torne uma representação social é necessário que ele seja objeto de discussão de grupos, gerando estranhezas e incômodos, conforme propomos neste estudo, discutir sobre a homossexualidade.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

Destaca-se que as pesquisas sobre sexualidade se apoiam em duas vertentes teóricas: essencialismo e construtivismo social. Sendo que a primeira vertente, se baseia conceitualmente em fatores biológicos no que se refere a homossexualidade (hereditariedade genética, funcionamento fisiológico e hormonal). De acordo com Heilborn e Brandão (1999) os essencialistas acreditam que os indivíduos homossexuais ou nascem ou são socializados dessa forma, devido a determinantes biológicos, familiares, ambientais, sobre os quais não se tem qualquer domínio. O discurso médico, baseado na interpretação biologista é ainda bastante presente na sociedade brasileira, tal posicionamento concorda com a concepção de Nunes (1996) que associa a sexualidade como um amontoado de generalizações biológicas (genética), funcionalistas, reforçando que a homossexualidade é uma profilaxia.

Para a maioria dos participantes (41%) que defendem que os homossexuais nascem assim, a justificativa está centrada nos fatores genéticos, por meio dos seguintes comentários:

“Depende da genética” (P02)

“Acredito que existam casos em que o fator genético contribua para o desenvolvimento sexual do indivíduo de forma a influenciar em sua orientação” (P16)

“Acredito fortemente que a homossexualidade seja uma questão genética, onde o indivíduo nasce com a tendência de ter a orientação homossexual” (P18)

“Estudos indicam que é genético” (P19)

“Já vem no gene da pessoa homossexual” (P44)

É importante destacar que existem várias teorias que objetivam defender a causalidade da homossexualidade, uma delas é a dimensão genética, de cunho biológico. Embora observamos alguns trabalhos científicos que explicam os componentes biológicos e genéticos da homossexualidade (Hamer et al., 1993; Rice, Fribey & Gavrilets, 2012), principalmente na homossexualidade masculina, ainda hoje, não há uma explicação definitiva sobre quais seriam esses componentes determinantes da orientação homossexual.

O estudo realizado por Dean Hamer et al. (1993), propôs um caminho para a identificação dos “genes gay”, sequências de Nomenclatura de Ácido Desoxirribonucléico (DNA) que estariam localizados no cromossomo X (região Xq28), embora, o fato de que 20% a 50% dos gêmeos univitelinos apresentaram concordância da homossexualidade, mostrando a influência genética, porém evidencia-se que a simples identidade de genes não justifica todos os casos, além do mais, tal confirmação não foi realizada por outros pesquisadores, invalidando o seu valor científico.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

Outro trabalho que tentou validar a genética como causa da homossexualidade, foi empreendido por William Rice, Urban Fribey e Sergey Gavrillets (2012), por meio da epigenética, que segundo Alves e Tsuneto (2013) trata-se das alterações químicas do DNA que modificam as atividades dos genes, sem alterar a estrutura química. Tal estudo, investigou um possível componente hereditário para, a partir de um ponto de vista evolutivo, explicar a homossexualidade. Os autores montaram um modelo segundo o qual uma marca epigenética (epimarca), que regula a sensibilidade à testosterona em fetos, pode ser transmitida de mãe para filho e de pai para filha e influenciar na orientação sexual. No entanto, de acordo com outros especialistas que não estiveram envolvidos no estudo, mais análises são necessárias. O estudo é interessante, mas a hipótese não foi testada. Conforme afirma o biólogo evolucionista da Universidade de St Andrews, na Escócia, Abbasi (2012) precisa-se de mais evidências, mas seria interessante entender como as epimarcas contribuem para a expressão da orientação sexual nos seres humanos.

Baseado nesses resultados inconclusivos, acredita-se que a homossexualidade é um fenômeno de natureza tão biológica quanto a heterossexualidade, e que não é simplesmente um gene que irá determinar a orientação sexual de um homossexual. Diante disso, a maior pesquisa realizada sobre genética e sexualidade identificou centenas de milhares de genes que influenciam o comportamento sexual, sendo que cada um deles produz um pequeno efeito, e em conjunto colaboram para as diferentes maneiras de se relacionar. Tal investigação, foi publicada na revista científica americana *Science* no ano de 2019. A pesquisa envolveu quase 500 mil participantes da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos da América (EUA) e concluiu o que Freud já havia mencionado aproximadamente um século antes: a sexualidade humana é muito mais que uma simples determinação do biológico.

Ainda, neste estudo, foram encontrados alguns genes que se repetiram e que aparentemente estariam envolvidos na prática sexual homossexual, mas a conclusão é de que eles seriam responsáveis por aproximadamente 32% da influência de alguém fazer sexo com outra pessoa do mesmo sexo. Os outros 68% seriam atribuídos a fatores ambientais e sociais. Portanto, os autores afirmam que a genética não justifica, sozinha, um comportamento tão complexo. O que isso quer dizer é que teste de DNA nenhum é capaz de definir se um indivíduo é heterossexual, bissexual, homossexual ou se possui alguma outra orientação. Sendo assim, a principal característica ressaltada pelo estudo é que, definitivamente, não existe um “gene gay”.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

Assim, os participantes que concebem a homossexualidade como doença e/ou por aspectos genéticos atribuem a excentricidade de “anormal” aos sujeitos homossexuais, ou seja, buscam a gênese da homossexualidade, sempre na tentativa de se constatar vestígios de inadequação às normas e valores morais. Tais concepções, são provenientes de ideologias conservadoras, arraigadas e repetidas de geração para geração, e nos remetem a pensamentos rígidos sedimentados no nosso imaginário. Desta maneira, segundo Moscovici (2010) as representações sociais correspondem ao ordenamento do imaginário em imagens, que condensam significados e constroem sistemas de referência, que permitem interpretar e classificar essas construções.

Alguns participantes alegam que a homossexualidade é percebida e identificada desde criança, portanto defendem, veementemente, que nascem com a orientação homossexual, conforme os relatos:

“Observo desde criança sinais de minha homossexualidade, principalmente pelo meu comportamento” (P11)

“Desde criança meu cérebro tem a percepção de atração de pessoas do mesmo sexo” (P29)

“Acredito que seja de nascença uma vez que algumas crianças demonstram um lado mais homossexual desde muito novas, talvez antes mesmo de entender o que é ser homossexual” (P 49)

“Tenho uma filha homossexual, ela nasceu assim” (P68)

Em consonância com esta maneira de pensar, o psicólogo João Batista Pedrosa, autor do livro “Garoto Rebelde: Surgimento da Homossexualidade na Criança”, apresenta o resultado de uma pesquisa sobre o comportamento sexual de homens gays de zero aos 18 anos de idade. Pedrosa (2010) revela que por meio dos relatos dos participantes, fica evidente que, desde a mais tenra infância, o desejo homossexual era despertado. Surgindo, portanto, o interesse e a curiosidade de pesquisar em que período de vida a orientação sexual homossexual é disparada. Para tanto, de acordo com o autor, os primeiros indícios de homossexualidade na infância surgem a partir dos 4 anos de idade, pois é nesta idade que, normalmente, as crianças passam pela experiência de brincar com suas genitais e as vezes com seus amiguinhos e fazem brincadeiras que ajudam a satisfazer a curiosidade sexual.

Outro dado interessante da pesquisa de Pedrosa (2010) é que os meninos gays que apresentam traços femininos sofrem mais assédio moral por serem efeminados. Assim, conforme a pesquisa e a experiência clínica do autor, afirma-se que crianças que foram criadas num ambiente homofóbico, controlado por contingências negativas punitivas, terão mais dificuldade

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

para se assumirem homossexuais quando adultas, pois se assumir não está ligado a ser másculo ou efeminado, mas a um complexo contexto familiar e cultural homofóbico, como por exemplo, se a criança que foi criada num ambiente religioso (conservador) em que se punia muito a homossexualidade, provavelmente terá dificuldade em se assumir quando crescer.

Já a segunda vertente, trata-se do construtivismo social, que defende a concepção de que a sexualidade pode ter acepções distintas entre as culturas ou entre diferentes segmentos de uma mesma cultura (VANCE, 1995). Nesta direção, tal cultura, produz hierarquias, planos e marcas distintas para a vivência sexual e afetiva, ao influenciar a subjetividade e a conduta individual. Assim, os pesquisadores dos Estudos Culturais e da Teoria *Queer*, alegam que não é mais crível falar da possibilidade de uma história universal da homossexualidade baseado na teoria essencialista e biologizante, mas sim, que a sexualidade é construída socialmente.

Diante disso, identificamos que um número significativo de participantes (24%) apresenta uma visão construtivista da homossexualidade, isto é, dizem que se trata de uma opção, porém nem sempre essa concepção aponta para uma tendência à aceitação da homossexualidade como algo normal. Assim, se a homossexualidade pode ser fruto de opção individual, ou até mesmo decorrente do meio em que o indivíduo vive, acredita-se que isso estabelece uma falsa representação positiva, pois se a pessoa tem o livre arbítrio de escolher sua sexualidade, tende-se a culpabilizar os homossexuais por tal opção. Para a maioria dos participantes (59%) a homossexualidade trata-se não de uma opção, mas sim de uma orientação sexual. Neste sentido, considera-se o termo orientação sexual mais adequado, pois indica o desejo afetivo e sexual do indivíduo.

No que concerne à compreensão entre as palavras “Orientação Sexual” e “Opção Sexual”, Yared e Melo (2018) expressam que o termo “Opção Sexual” é impreciso, inseguro, acrítico, inconsciente e ambíguo, pois não cabe ao indivíduo optar por sua sexualidade, embora muitas vezes isso é reproduzido baseado no senso comum. Sendo assim, a terminologia considerada mais adequada é “Orientação Sexual”, pois na perspectiva da educação sexual emancipatória, a dimensão sexualidade é inerente ao humano, portanto, somos todos sexuados e vivenciamos nossos desejos de diferentes maneiras. Cardoso (2008) esclarece que o termo “Orientação Sexual” normalmente está relacionado ao sentimento do desejo sexual, tanto para pessoas do sexo oposto, do mesmo sexo ou para ambos.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

Alguns participantes demonstraram sua indignação, reforçando que as pessoas homossexuais não têm à condição de escolher/optar sua sexualidade, pois argumentam, enfaticamente, que as pessoas já nascem com essa orientação sexual. Isso fica claro nas declarações:

“Ninguém se transforma em nada. Somos o que somos. Nascemos assim” (P14)

“Não tenho lembrança de ter me tornado homossexual, no sentido de escolha ou opção. A minha percepção é de sempre me sentir e me entender dessa forma o que me remete a nascer com a orientação homossexual” (P36)

“A pessoa já nasce com sua orientação definida. Não é possível fazer escolha” (P43)

“A homossexualidade não pode ser tratada como opção, correlacionando que o indivíduo escolha, o sujeito nasce com essa característica, bem como o sujeito heterossexual” (P47)

“O meio não é capaz de transformar a opção sexual das pessoas” (P66)

Um tema extremamente polêmico, porém, de necessária urgência para a sociedade atual, é a discussão da pluralidade sexual. Com o surgimento de “novas” identidades de gêneros estabelecidas contemporaneamente, tais como: (transgênero, cisgênero, não-binários etc). O termo “Opção Sexual” não deve ser usado, pois remete à ideia errônea da escolha de um indivíduo em ser homossexual, no entanto já se sabe que a orientação sexual é complexa e que sobre ela agem fatores genéticos, biológicos, psicológicos e socioculturais (DESSUNTI et al., 2008). Por isso, a mudança do uso da palavra “opção” por “orientação” sexual, ou ainda “preferência”, nos mostra uma melhor compreensão do fato: ninguém tem a opção de escolher sentir atração por esse ou aquele gênero.

Por outro lado, os participantes que defendem que as pessoas se tornam homossexuais, argumentam que a orientação homossexual pode ser feita por opção, conforme as narrativas:

“Acredito que seja a orientação almejada pela pessoa e ela escolhe ser homossexual” (P45)

“Com o crescimento e desenvolvimento fisiológico e psicológico cada um escolhe sua orientação sexual” (P53)

“A pessoa passa por todo um processo de autoconhecimento e se reconhece como homossexual e assume essa orientação” (P56)

“Tenho a crença de que cada um pode escolher sua orientação sexual, a pessoa não nasce assim” (P80)

Contrário a essa perspectiva, a *American Psychological Association* (2008) aponta que a homossexualidade, também conhecida como “Orientação homossexual”, se caracteriza como uma duradoura atração emocional, romântica, sexual ou afetiva para com indivíduos do mesmo gênero. Portanto, não existe a possibilidade de uma pessoa escolher ser ou não homossexual. Outro fator que alguns participantes levaram em consideração ao afirmar que a homossexualidade é uma opção, é por acreditarem exclusivamente no gênero binário: homem e mulher:

“Acredito que nascemos homem e mulher” (P01)

“Segundo vários autores as pessoas nascem meninos e meninas, e após suas vivências poderão optar em ser ou não homossexuais” (P07)

Conforme as manifestações dos participantes (P01 e P07) as representações sociais sobre gênero estão objetivadas e ancoradas na divisão binária de gênero e sua definição, predominantemente, biologizante. Nessa direção, observa-se que a maioria dos sistemas sexuais em nível mundial, reconhecem somente dois sexos: o masculino e o feminino. Este conceito, tem sido aceito como verdade dogmática e reproduzido por um número significativo de pessoas. Assim, de acordo com Conceição (2019) a sociedade ocidental reconhece conceitualmente o binarismo. Tal conceito impõe à sociedade a existência de somente duas categorias de gênero: homem e mulher, excluindo outras formas de viver, enquadrando-as nas anomalias da sociedade, além de evidenciar a heteronormatividade patriarcal.

Infelizmente, esse discurso ainda está enraizado fortemente no imaginário coletivo, imposto pela dominação falocêntrica. Tal conceito de “falocentrismo” é proveniente dos estudos do psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981). Para Lacan a identificação do indivíduo é fixada na concepção binária de “ser” e “ter” o Falo, ou seja, a presença ou ausência do pênis como uma distinção binária sobre a linguagem de gênero: “ser” o Falo consiste em ser o objeto de desejo do outro (numa linguagem heterossexista) e “ter” o Falo trata-se de, não somente, possuir o órgão genital, mas também necessitar da confirmação do ser feminino nas concepções simbólicas de “ser” o Falo do masculino (CONCEIÇÃO, 2019).

Todavia, na contemporaneidade surgem novos corpos, práticas sexuais, identidades de gênero, arranjos familiares, tecnologias, leis, que interrogam o modelo binário e hierárquico de diferença sexual que há mais de duzentos anos predomina em nosso imaginário social. Tal binarismo vem sendo ressignificado, e os dogmas em torno do sexo e da sexualidade estão sendo desconstruídos a partir de um novo olhar sobre as sexualidades, possibilitando projetar diferentes prismas, em consequência de promover visibilidade a uma realidade que a maioria prefere não ver. Assim, surgem novas nomenclaturas, e um novo vocabulário, que veiculam novos significados para traduzir a realidade de corpos que reivindicam uma existência e visibilidade em busca de um lugar no mundo (PEREIRA, 2019).

Assim como a ciência médica a psicologia aborda a sexualidade a partir da perspectiva da heterossexualidade monogâmica, supondo-a como padrão de normalidade à medida que

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

desenvolve a atuação clínica para o que consideram perversões, desvios sexuais ou patologia (HEREK, 2010). Tal perspectiva da psicologia acerca da homossexualidade perdurou durante grande parte do século XX, constando inclusive nas primeiras edições do manual diagnóstico de transtornos psiquiátricos da *American Psychological Association* (APA) (COSTA; NARDI, 2015).

De acordo com Vezzosi et al. (2019) no Brasil, ainda, muitos profissionais da área da Psicologia classificam a homossexualidade como um transtorno ou desvio mental, apesar de evidências empíricas, dos aspectos bioéticos implicados nestes julgamentos e, sobretudo da publicação da Resolução n. 01/1999 que estabelece que homossexualidade não constitui doença, distúrbio ou perversão, impedindo que os psicólogos exerçam qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homossexuais. Ainda nessa direção, o estudo de Mesquista (2018) analisou as concepções e práticas dos (as) psicólogos (as) frente às normativas do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre a diversidade sexual e de gênero, concluindo que a coexistência de práticas éticas e preconceito, além da persistência de discursos e práticas que (re) inventam formas de abjeção e atribuições psicológicas justificam o desenvolvimento das orientações não heterossexuais.

Outra instância importante na construção e manutenção de representações, crenças e ideologias acerca da sexualidade, especialmente, sobre a homossexualidade, é a instituição religiosa. Dentre as religiões cristã, o cristianismo essencialmente sempre rejeitou a homossexualidade, além de classificá-la como pecado, legitimando a anormalidade da homossexualidade, tornando-se uma das mais vigorosas e opressoras fontes de repressão e julgamento no domínio da sexualidade (TREVISAN, 2018).

Logo, tais questões, conferem um teor negativo à homossexualidade, de forma que ela seja vista como um problema, ou pelo menos que fuge da “normalidade”. Isso se dá por meio dos padrões impostos pela heteronormatividade. Assim, as orientações que escapam desta configuração não são aceitas pela sociedade, e a fim de legitimar tal desigualdade, as classificam pejorativamente como problemas, doenças, pecado entre outros.

Diante disso, retomando a declaração de um dos participantes, verificamos que o entendimento da homossexualidade foi influenciado por diversos discursos de ordem médica (científica) e

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

religiosa. Sendo assim, para muitas pessoas ambos os discursos (médico e religioso) são verdades incontestáveis, pois de acordo com Moscovici (2013) o que é visto como não familiar, tem a necessidade de tornar-se familiar, por isso, muitas pessoas acreditam até hoje nessas representações negativas da concepção da homossexualidade, taxando-a como doença, desvio e/ou pecado.

Os participantes (35%) que enfatizaram que ambas as respostas são possíveis (nascer e tornam-se homossexuais), justificam que a orientação sexual homossexual pode ocorrer em decorrência da genética, e também afirmam que as pessoas se tornam homossexuais por diversos outros motivos, tais como: sofrer abuso sexual na infância ou adolescência, ser criada no meio somente de homens ou mulheres, conviver com pessoas rígidas, em ambientes violentos, em condições sociais desfavoráveis, e sobretudo por não receberem atenção, amor, carinho e compreensão. Acrescentam que por razões de carência ou decepção uma pessoa queira vivenciar uma nova experiência sexual.

“Penso que cientificamente uma pessoa possa ter os genes compatível para a homossexualidade, mas também pode sim haver uma identificação posterior” (P06)

“Acredito que existam casos em que o fator genético contribua para o desenvolvimento sexual do indivíduo de forma a influenciar em sua orientação. Mas acho também que o ambiente doméstico, experiências diversas e individuais podem levar a pessoa a optar livremente pelo homossexualismo” (P17)

“Acredito que algumas pessoas já nascem com sua orientação sexual definida e outras por carência ou alguma decepção amorosa mudam de orientação sexual” (P21)

Faz-se jus aqui esclarecer sobre o termo “homossexualismo” mencionado por P17. Embora nos dias atuais, a palavra homossexual não seja vista negativamente pelas pessoas homossexuais, sejam elas homens (gay) ou mulheres (lésbicas). No entanto, ao discutir sobre a prática homossexual, o sufixo utilizado é uma questão importante. O termo “homossexualidade” segundo Queiroz (2004) e Trevisan (2018) descreve uma condição de respeito e neutralidade, enquanto o termo “homossexualismo” é visto como equivocado, pois apresenta uma forte carga pejorativa ligada à crença de que a orientação homossexual está atrelada à doença. Portanto, não é apenas o sentido do sufixo ‘ismo’, mas sim a existência de uma historicidade que atravessa essa palavra e faz exalar sentimentos negativos para uma comunidade que luta continuamente por seus direitos.

Assim, quando a população minoritária homossexual reivindica o uso do termo “homossexualidade”, não é por capricho, mas para não reavivar a memória desses conceitos negativos que infelizmente perduram até os dias de hoje (MOURA, 2018). Ainda nesse

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

contexto, Orlandi (2017) destaca que o preconceito não reside simplesmente em um sufixo, ele está numa estrutura maior. Porém, é compreensível o movimento dos homossexuais em advogar pela materialidade da língua que, de certa forma, tenta camuflar o discurso patologizante de décadas passadas. Diante disso, acreditamos ser legítimo que a comunidade homossexual lute para que esse estigma da orientação sexual percebida enquanto doença seja excluída ou pelo menos minimizada.

Como vimos, a maioria (41%) acredita que os homossexuais “nascem” assim. No extremo oposto, a abordagem culturalista (construtivismo social) apresenta fendas que favorecem a ideia de uma “opção sexual”. Em relação a isso, Trevisan (2018) aponta que 99% das pessoas que se sentem como homossexuais poderiam dizer que fizeram uma opção. Ao contrário, sentiram-se levadas por uma tendência interior, para o autor isso não é possível acontecer, pelo menos não tem estudos científicos até o presente momento que ratifica essa hipótese. Enfim, Trevisan (2018) declara que como não há um consenso entre os cientistas, por enquanto a proposta de determinação genética restringe-se a mera especulação.

Por fim, alguns participantes (11%) disseram que nenhuma das alternativas (nascer ou tornar-se homossexual) é o correto, argumentando que a homossexualidade é simplesmente uma construção social, de acordo com os seguintes relatos:

“O ser humano com o tempo vai se compreendendo e se reconhecendo com suas preferências sexuais e afetivas” (P09)

“Não acho que a pessoa nasce ou se torne homossexual. Acho que a pessoa vai crescendo e se conhecendo, descobrindo suas preferências sexuais” (P15)

“A homossexualidade é alicerçada socialmente, ou seja, conforme vamos vivendo vamos adquirindo características humanas, sejam homossexuais ou heterossexuais” (P38)

“A pessoa desenvolve a sexualidade ao longo da vida” (P78)

Percebemos nas descrições acima um errôneo entendimento sobre a construção social (Teoria *Queer*), pois segundo tal teoria, a sexualidade é instável, portanto falar acerca da sexualidade na perspectiva do construtivismo social, significa que o indivíduo não nasce, porém em um determinado estágio da vida, escolhe a melhor forma de viver sua sexualidade. Com base na Teoria *Queer*, Leandro Cooling, coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Cultura e Sexualidade da Universidade Federal da Bahia, acredita que o ser humano não nasce com sexualidade definida, e sim é construída socialmente. O autor afirma que a constituição corporal é um dado da sexualidade que não deve ser vista como determinante, pois uma pessoa pode mudar seu corpo, e se construir como mulher, por isso o fator biológico não é determinante.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

Cooling (2013) declara, também, que a sexualidade, seja ela hétero, homo, trans ou bi é uma questão de influência social que tem mais força sobre o indivíduo quando ele se constitui identitariamente.

Diante disso, a fim de justificar tais afirmações, Cooling (2013) utiliza a Teoria *Queer*, com o objetivo de se opor às normas socialmente aceitas. O termo *queer* pode ser traduzido por estranho, ou até ridículo, e nomeia essa teoria como uma forma de deboche e contestação feitos pelos movimentos homossexuais. Um dos seus princípios se baseia nas ideias do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) que afirmava que o sexo biológico é fruto de um efeito do discurso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das representações dos professores da Educação profissional no que tange ao entendimento da palavra homossexualidade, destaca-se uma concepção positiva, através dos termos liberdade e respeito. Tais representações estão ancoradas na visão democrática da conduta dos (as) professores (as), especialmente, em agir e comportar-se dentro das expectativas do ambiente escolar, baseado no discurso do politicamente correto.

Sabe-se das dificuldades das pessoas em definir a homossexualidade, por se tratar de um fenômeno complexo. Assim, percebe-se nesta pesquisa, que ainda está presente no imaginário coletivo que tal fenômeno se trata de uma opção do indivíduo, embora a maioria dos participantes definem a homossexualidade como “orientação sexual”.

No que concerne as razões da homossexualidade verificamos que a maioria dos participantes entende que os homossexuais nascem com a orientação homossexual, e outros acreditam que os mesmos se tornam homossexuais ao longo do percurso de vida. Contrariamente, acreditamos que não se pode afirmar que uma pessoa se torna homossexual ou, como se diz popularmente, nasceu assim.

Finalmente, pode-se afirmar por meio das representações dos (as) professores da educação profissional que ainda existe um preconceito velado acerca da homossexualidade, no contexto geral. A homossexualidade precisa ser entendida em sua complexidade, exigindo ser avaliada

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

na sua tendência, na sua configuração e nos seus atos, e isso implica que a homossexualidade esteja presente nas dimensões biológicas, psicológicas, ambientes e sociais. Enfim, uma pessoa homossexual é sobretudo um ser humano exatamente com uma pessoa heterossexual.

REFERÊNCIAS

ABBASI, J.. Could scientists have found a gay switch? Epigenetic molecules that regulate genes may influence homosexuality. **Popular Science: New Technology, Science News, The Future Now**, 2012. Disponível em: <http://www.popsci.com/science/article/2012-12/being-born-gay-isnt-your-genes-its-them>. Acesso: 14 mar 2020.

ALVES, Everton Fernando.; TSUNETO, Luiza Tamie. A orientação homossexual e as investigações acerca da existência de componentes biológicos e genéticos determinantes. **Scire Salutis**, Aquidabã, v.3, n.1, Jan, Fev, Mar 2013, p. 62 – 78.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION.. **Sexual orientation and homosexuality**. Washington, 2008. Disponível em: <http://www.apa.org/helpcenter/sexual-orientation.aspx>. Acesso: 14 mar. 2020.

AMERICAN Psychological Association Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation. Report of the Task Force on Appropriate **Therapeutic Responses to Sexual Orientation**. Washington, DC: American Psychological Association, 2009. Disponível em: <<http://www.apa.org/pi/LGBT/resources/therapeutic-response.pdf>> Acesso em 20 ago. 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo. Edições 70, 2016.

BRASIL.**Constituição Federal de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: <http://pactoensinomedio.mec.gov.br/images/pdf/constituicao_educacao.pdf>. Acesso em: 14. mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Adolescentes e jovens para a educação entre pares**. Gêneros-saúde e prevenção nas escolas. Departamento de DST, Vol. 07. Brasília, 2010.

BRITZMAN, Deborah P. O que é Esta Coisa Chamada Amor. Identidade Homossexual e Currículo. **Educação e Realidade**. V.21, n.1, p. 71-93. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 1996.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan**: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. 2ª ed. Buenos Aires: Paidós, 2008.

CARDOSO, Fernando Luiz. O conceito de orientação sexual na encruzilhada entre sexo gênero e motricidade. **Revista Interamericana de Psicologia**, V. 1, n. 42, 2008, p. 69 – 79.

CARVALHO, Renato Gomes. et al. Relações de amizade e autoconceito na adolescência: um estudo exploratório em contexto escolar. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, Campinas, v. 34, n. 3, p. 379-388, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v34n3/1982-0275-estpsi34-03-00379.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

CEPAC. Centro Paranaense de cidadania. **Educando para a diversidade**: Como discutir homossexualidade na escola? Guia para Educadores. 2012. Disponível em: <<https://portais.ufg.br/up/16/o/pplgbt-162.pdf>>. Acesso em 19 jun 2019.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma Epistemologia. **Educar**, n. 35, Curitiba: Editora UFPR, 2009, p. 37-51.

COITINHO FILHO, R. A. Sob o “melhor interesse”! O ‘homoafetivo’ e a criança nos processos de adoção. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 495-518, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n2/1806-9584-ref-25-02-00495.pdf>>. Acesso em: 19 fev. 2019.

CONCEIÇÃO, Gabriel Pauletto da. **Desconstruindo o binarismo de gênero**: estudos de casos de marcas de modas nos discursos contemporâneos. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

COOLING, Leandro. A igualdade não faz o meu gênero – Em defesa das políticas das diferenças para o respeito à diversidade sexual e de gênero no Brasil. **Revista Contemporânea**. V. 3, n. 2, jul – dez, 2013, p. 405 – 427.

COSTA, Ângelo Brandelli; NARDI, Henrique Caetano. Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: Debate conceitual. **Temas em Psicologia**, 23(3), 2015, p. 715 - 726.

DESSUNTI, E. M.; SOUBHIA, Z.; ALVES, E.; ROSS, C.; SILVA, E. B.. Convivendo com a diversidade sexual: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v.61, n.3, 2008, p.385-389.

FACCHINI, Regina. **Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.

FRANCO, Neil. A diversidade entra na escola: Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. **Dissertação (Mestrado em Educação)** - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GILLY, Michel. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, Denise . **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HAMER, Dean. H.; HU, S.; MAGNUSON, V. L.; HU, N.; PATTATTUCII, A. M.. **A linkage between DNA markers on the X chromosome and male sexual orientation**. Science, New York, v.261, n.5119, 1993, p.321-327.

HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: ciências sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maira Luiza. (Org). **Sexualidade: o olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 7 – 17.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

HEREK, Gregory. M. Sexual orientation differences as deficits: Science and stigma in the history of american psychology. **Perspectives on Psychological Science**, 5(6), 2010, p. 693 - 699.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.) **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Unesco, 2009.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Representação social da homofobia na cidade de Lorena/SP. **Revista Diálogo Educacional**, v. 9, 2009, p. 587-604.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. 9. ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 4 ed. Belo Horizonte: ed. Autentica, 2019.

MATTOS, Fernando da Silva. Direito à igualdade e à dignidade dos homossexuais no Brasil: uma análise panorâmica da jurisprudência. **Ministério Público do Paraná**. 2017. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/artigoMattos.pdf>> Acesso em: 02 mar. 2020.

MESQUITA, Daniele Trindade. Análise das concepções e práticas de psicólogas/os frente às normativas do conselho federal de psicologia sobre diversidade sexual e de gênero. 2018. **Dissertação (Mestrado em Psicologia)**. Universidade Federal de Juíz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil, 2018.

MOSCOVICI, Serge **Representações sociais: investigações em psicologia social**. RJ: Vozes, 2005.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. editado em inglês por Gerad Duveen; Traduzido do inglês por Pedrinho a. Guareschi. ed. 7. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo-ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista de Letras da Universidade do Estado do Pará – UEPA**. Out-dez, 2018, p. 99 – 111.

NETO, R. V. N. **Impacto da Adoção da Internet em Pesquisas Empíricas: Comparações entre Metodologias de Aplicação de Questionários**. Anais do Enanpad, 2004.

NUNES, César Aparecido. Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar. 1996. 319 f. **Tese (Doutorado em Educação)**. Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele: Discurso e real da história**. Campinas, SP. Ed: Pontes. 2ª edição, 2017.

Elvio Carlos da Costa | Andréia Osti

OSTI, Andréia. Representações de professores e alunos sobre dificuldades de aprendizagem. 2010. 221 f. **Tese (Doutorado em Educação)** – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

PEDROSA, João Batista. **Garoto Rebelde: surgimento da homossexualidade na criança**. São Paulo: Ed. Biblioteca 24X7, 2010.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Para além do binarismo: transsexualidades, homoafetividades e intersexualidades. **Revista Direito UNIFACS**, n. 224, 2019.

QUEIROZ, Antônio Carlos. **Cartilha Politicamente Correto e Direitos Humanos**. Brasília: SEDH, 2004.

RICE, William.; FRIBERG, Urban.; GAVRILETS, Sergey. Homosexuality as a consequence of epigenetically canalized sexual development. **The Quarterly Review of Biology**, Baltimore, v.87, n.4, p.343-368, 2012.

SANTOS, Boaventura Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCORNAVACCA JR., E.; BECKER, J. L.; ANDRASCHKO, R. E-Survey: Concepção e Implementação de um Sistema de Survey por Internet. **Anais do EnAnpad**, 2001.

SILVA, Luís Augusto Vasconcelos da. Barebacking e possibilidade de soroconversão. **Caderno Saúde Pública**. n. 25(6), 2009, p. 1381 - 1389.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da Colônia à Atualidade**. ed. 4. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VANCE, Carole. S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, v 5, n.1, 1995, p. 7 – 31.

VEZZOSI, Jean Ícaro Pujol; SEGUNDO, Damião Soares de Almeida; RAMOS, Mozer de Miranda; COSTA, Ângelo Brandelli. Crenças e Atitudes Corretivas de Profissionais de Psicologia sobre a Homossexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**. v. 39, e228539, 2019, p. 1 - 19.

YARED, Yalin Brizola.; MELO, Sônia Maria Martins de. Opção Sexual ou Orientação Sexual? A compreensão de professores de um curso de medicina sobre sexualidade. **Revista Portuguesa de Educação**, V. 2, n. 31, 2018, p. 175 – 195.